

# Parlamentares vão ao Ministério da Justiça contra funk

22/02/2001

As músicas “Tapinha”, cantada por MC Bela & MC Naldinho, e “Tapa na Cara”, do Pagod’art, levaram deputadas e senadoras de vários partidos até o secretário Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, Gilberto Saboya. Elas consideram as músicas uma apologia à violência contra a mulher.

Como essas músicas estão a toda hora sendo tocadas em rádios, em programas de TV e, certamente, irão popularizar-se ainda mais durante o carnaval, as deputadas querem a realização de uma grande campanha na mídia pregando a “integridade física das mulheres”.

O secretário demonstrou solidariedade com a preocupação das deputadas, mas não acenou de imediato com qualquer solução. “Eu não posso censurar essas músicas”, ponderou o embaixador que, no entanto, manifestou o seu repúdio às letras relatadas pelas deputadas.

“Se te bota maluquinha, um tapinha eu vou te dar porque dói, um tapinha não dói”, diz uma das letras. A outra música conta que a mulher pede ao amante um tapa na cara e o rapaz demonstra, de início, até uma certa relutância porque não tem o hábito de bater em mulher, mas acaba concluindo: “com amor, se você quiser...eu vou te dar”.

A deputada Iara Bernardi (PT-SP) comentou que as músicas estão sendo tocadas até a saturação em programas de domingo nas TVs, incluindo no Xuxa Park destinado a crianças e adolescentes. E teme retrocessos no trabalho de combate à violência contra a mulher a partir da “banalização” de um tapa na cara que seria promovida pelas músicas. “Se o tapa é natural, o que será depois disso: o estupro?”, protesta a deputada.

## Opinião dos leitores

A redação da revista **Consultor Jurídico** recebeu várias mensagens de manifestação sobre as atitudes das parlamentares e as músicas polêmicas.

Segundo os psiquiatras Henrique Bon e Márcia Salomone, “as letras de algumas músicas banalizam a violência e são veiculadas com exaustão em programas de televisão”.

“A mídia tem a capacidade de vender comportamento, banalizando atitudes francamente preconceituosas, explicitamente violentas, por vezes tangenciando a psicopatia, superficializando em geral as conseqüências”, comentaram os psiquiatras.

De acordo com Bon e Márcia, é necessário pensar em medidas democráticas e legais que possam ser tomadas contra músicas do gênero, “sem ranço de censura ou retorno a tempos sombrios”.

Alguns leitores, que não se identificaram, discordam da posição das deputadas e senadoras. Segundo um leitor, elas deveriam se preocupar com outros fatos que acontecem no Brasil. “Como a rebelião que ocorreu no último fim de semana em São Paulo”, exemplificou.

Outro leitor considerou que as parlamentares deveriam estar empenhadas em “amenizar a fome das crianças pobres em vez de se preocupar com músicas”.

Fonte: [https://conjur.jumps.com.br/2001-fev-22/parlamentares\\_ministerio\\_justica\\_funk/](https://conjur.jumps.com.br/2001-fev-22/parlamentares_ministerio_justica_funk/)